



## ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. X (2009)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

### ***A palavra e o Império: a propósito de uma Arte da Grammatica impressa na Bahia em 1811***

Pablo Antonio Iglesias Magalhães 

---

#### **Como Citar | How to Cite**

Magalhães, Pablo Antonio Iglesias. 2009. «A palavra e o Império: a propósito de uma *Arte da Grammatica* impressa na Bahia em 1811». *Anais de História de Além-Mar* X: 231-248.  
<https://doi.org/10.57759/aham2009.37341>.

#### **Editor | Publisher**

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.<sup>a</sup> de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

#### **Copyright**

© O(s) Autor(es), 2009. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2009. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

## A PALAVRA E O IMPÉRIO: A PROPÓSITO DE UMA *ARTE DA GRAMMATICA* IMPRESSA NA BAHIA EM 1811

por

PABLO ANTONIO IGLESIAS MAGALHÃES \*

A primeiro de janeiro de 2009 os oito membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) unificaram, pelo menos oficialmente, a ortografia, definida enquanto um conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras. O português é a terceira língua ocidental mais falada, após o inglês e o espanhol e uma das justificativas para a unificação da língua foi de que a coexistência das duas ortografias atrapalhava a divulgação do idioma e a sua prática em eventos internacionais. Sua unificação facilitaria, ainda, a definição de critérios para exames e certificados para estrangeiros.

Com as mudanças propostas no acordo, calcula-se que 1,6% do vocabulário de Portugal seja modificado. No Brasil, a mudança será bem menor, cerca 0,45% das palavras tiveram a escrita alterada. A CPLP demonstrou o quanto a linguagem é influenciada pelo poder instituído. Não resta dúvida de que a linguagem, oficial ou coloquial, é estabelecida com base em relações de poder. Onde há relações de poder existe política. Por sua vez, a política se expressa nas diversas formas de poder e pode ser entendida como a política relacionada ao Estado, bem como em um sentido mais amplo, e não menos importante, nas muitas dimensões da vida social.

O uso da palavra, escrita ou falada, é uma das formas mais cotidianas do exercício do poder. A palavra e o poder estão interligados em todas as culturas humanas. Assim, parte substancial do poder da palavra está na sua capacidade de difusão entre os povos, sendo a publicação de gramáticas um dos principais meios para isso. Esta é a essência do poder da gramática: difundir uma língua, servindo como ferramenta aos estudantes ou aos estrangeiros interessados (ou obrigados) em aprender um idioma. Outro aspecto do poder das gramáticas é servir como instrumento de domínio de um povo

---

\* Doutorando em História Social pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Professor de História do Brasil I e História da América I na Faculdade de Tecnologia e Ciências, Bahia.

sobre outro. Esse poder da gramática enquanto instrumento de difusão e conquista foi, por certo, utilizado desde o século XVI pelos governos ibéricos que perceberam a necessidade de ensinar o alfabeto latino junto com suas respectivas línguas aos povos da América e África.

A publicação da gramática castelhana por Antonio Nebrija (1492) e das portuguesas por Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540) teve como objetivo a dupla afirmação do poder dos Estados ibéricos. Primeiro, em termos internos, em relação às outras variedades linguísticas usadas na época, algumas reduzidas a dialetos. No caso de Nebrija, sua gramática fora publicada no mesmo ano em que os reis católicos conseguiram conquistar Granada aos muçulmanos.

Em termos externos, essa afirmação do poder político ibérico se daria em relação às línguas dos povos que ficavam na área da influência ultramarina. No prólogo da gramática castelhana de Antonio de Nebrija, a primeira publicada em uma língua diferente das duas línguas clássicas, encontram-se as justificativas para sua publicação. Tais justificativas foram colocadas em termos de utilidade da sistematização gramatical para a difusão da língua entre os «povos bárbaros». Em Salamanca, após dialogar com o Bispo de Ávila, Nebrija compreendeu os proveitos que os monarcas católicos poderiam tirar da sua obra:

Que despues que vuestra alteza metiesse debaxo de su iugo muchos pueblos barbaros e naciones de peregrinas lēguas: & con el vēcimiento aqlllos ternian necesidad de recibir las leies: quel vencedor pone al vencido & con ellas nuestra lengua: entonces por esta mi arte podrian venir en el conocimiēto della.<sup>1</sup>

No contexto da corrida para as conquistas ultramarinas e da concorrência entre Espanha e Portugal é facilmente compreensível o fato de ser elaborada para a língua portuguesa uma construção ideológica para elevá-la e ordená-la nos moldes gramaticais. Fernão de Oliveira, na introdução da sua gramática de 1536, aludiu à expansão da língua portuguesa entre os povos das novas terras conquistadas, afirmando que «a língua de tam nobre gente e terra como he Portugal vivera contente e folgara de se estender pollo mundo se levar nestes primeyros encontros por seu escudo».<sup>2</sup>

Foi João de Barros, porém, que realmente considerou o papel da língua portuguesa na expansão ultramarina. Sua *Grammatica da Lingua Portuguesa* foi editada pela primeira vez por Luís Rodrigues, juntamente com o *Dialogo em Louvor de Nossa Linguagem*, no ano de 1540. Existe um exemplar dessa edição na Biblioteca da Ajuda em Lisboa, outro na Biblioteca Municipal de Évora e um terceiro na Biblioteca Municipal de Rouen. A segunda edição só veio aparecer em 1785, por iniciativa dos monges cartuxos, num volume intitulado *Compilaçam de Varias Obras do Insigne Portuguez Joam de Barros*.

<sup>1</sup> Antonio de NEBRIJA, *Gramática Castellana*, Salamanca, [Tip. epónima], 1492, fls. 3-3v.

<sup>2</sup> Fernão de OLIVEIRA, *Grammatica da Lingoa Portuguesa*, Lisboa, Germão Galharde, 1536, fl. 1v.

No *Dialogo em Louvor*, Barros afirma que:

As armas e padrões portugueses postos em Africa, e em Asia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das tres partes da terra, materiaes sam, podeâs o tempo gastar: pero nã gastará doutrina, costumes, linguáguem, que os portugueses nestas terras deixárem.<sup>3</sup>

O que é relevante aqui é afirmar a língua, bem como seus meios de difusão, as gramáticas, como instrumentos cujo poder nas relações externas às potências ibéricas eram reconhecidos, particularmente entre os intelectuais, no alvorecer da Idade Moderna.

Nos séculos XVI e XVII, contudo, os gramáticos humanistas compreenderam que o conhecimento da língua no relacionamento entre os diversos povos não seria unilateral. João de Barros afirmou, em 1540, que a língua falada em Portugal possuía não apenas vocábulos herdados dos mouros, mas que já agregava palavras oriundas das Índias orientais, a exemplo das expressões chatinar e lascarim.<sup>4</sup>

Além disso, era necessário compreender as línguas dos povos que estavam sob administração portuguesa ou que mantinham relações político-comerciais com Portugal. Para atender a essa demanda foram publicadas as primeiras gramáticas que traduziam e ensinavam as línguas de povos que habitavam o território do Império português. Os jesuítas Anchieta e Luiz Figueira publicaram suas gramáticas da língua geral falada no Brasil em 1595 e 1621, respectivamente. A gramática de Luiz Figueira, de que só é conhecido um exemplar da primeira edição, teve segunda edição em 1687.<sup>5</sup> Em 1659, Giacinto Brusciotto publicou em Roma as regras da gramática do Congo, intitulada *Regulae quaedam pro Congensium idiomatis faciliiori captu ad Grammaticae normam redactae*. Por volta de 1680 foi escrita uma *Arte da Língua de Cafre*, que ensinava o tronco linguístico bantu e os dialetos moçambicanos. O jesuíta Pedro Dias publicou uma *Arte da Língua Angola* em 1697 e outro religioso da mesma Congregação, Lodovico Vincenzo Mamiani, publicou a *Arte de Grammatica da Língua Brasilica da Naçam Kiriri* em 1699.

O objetivo primordial dessas gramáticas, publicadas entre 1595 e 1699, era a conversão ao catolicismo dos povos indígenas que habitavam o litoral e os sertões do Brasil, assim como a evangelização das populações africanas. Portugal assistiu, entretanto, a diminuição dos estudos gramaticais referentes a esses povos ultramarinos no século XVIII, que conheceu apenas uma reedição da gramática de Figueira em 1795. Isso pode ser explicado, em parte, pela perseguição aos religiosos da Companhia de Jesus, culminando

<sup>3</sup> João de BARROS, *Grammatica da Língua Portuguesa*, Lisboa, Lodouicum Rotorigiu[m] Typographum, 1540, fl. 58. Maria Leonor Carvalho BUESCO, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, M.E.C., Secretaria de Estado da Cultura, 1978.

<sup>4</sup> BARROS, *op. cit.*, pp. 56 e 57.

<sup>5</sup> Exemplar que pertenceu à biblioteca do antigo Colégio da Companhia de Jesus no Grão-Pará e hoje está na Biblioteca Nacional, em Lisboa.

na supressão dessa Congregação. Os jesuítas foram os principais autores das gramáticas das línguas indígenas e africanas, bem como os responsáveis pela instrumentalização da língua geral no Brasil<sup>6</sup>, que Pombal, aliás, definira como uma «invenção verdadeiramente abominável e diabólica (...) privando os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar». Ordenou, por isso, a todos os diretores das aldeias indígenas no Brasil para «estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da Língua Portuguesa», emprestando particular atenção aos meninos e meninas.<sup>7</sup>

Durante o ministério do Marquês de Pombal (1750- 1777), por isso, a política de divulgação da língua portuguesa cresceu consideravelmente, tanto no Reino quanto no Ultramar. O Diretório pombalino de 3 de maio de 1757, confirmado por D. José a 17 de agosto de 1758, afirmou que

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados seu próprio idioma (...) e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe.<sup>8</sup>

Os dirigentes metropolitanos, então, compreenderam que o poder político no Ultramar passaria pela linguagem utilizada pelos povos, em territórios tão díspares como América, África e Ásia. Além disso, foi nesse período que ocorreram as definições dos limites entre possessões portuguesas e de outras metrópoles, sendo que na América estas demarcações de fronteiras definiram as relações diplomáticas e militares entre Espanha e Portugal. O elemento identificador desses limites foi exatamente os espaços ocupados por falantes de uma ou outra língua. Esta política de demarcações territoriais resultou, inclusive, na proibição dos índios manterem suas línguas e na imposição da língua portuguesa aos povos do Império ultramarino português. Esta imposição serviu como uma das bases das denúncias pombalinas contra os missionários jesuítas, de não ensinarem português aos indígenas.

Reconhecendo na linguagem uma manifestação do poder dos governos, durante o período pombalino teve início uma política de publicação de gramáticas portuguesas, que logo ganhavam reedições, com o objetivo de instruir as populações ultramarinas nessa língua. A mais significativa destas publicações foi a *Arte de Grammatica da Língua Portuguesa pelo bacharel Antonio José dos Reis Lobato*, na Impressão Régia, em 1770, com segunda tiragem em 1771.

Um Alvará de D. José de 30 de setembro de 1770 instituiu novos procedimentos pedagógicos para assegurar o domínio português no ultramar, num momento que este mesmo império foi arrebatado por dificuldades polí-

<sup>6</sup> Característica do tronco linguístico tupi-guarani.

<sup>7</sup> Apud R. H. de ALMEIDA, *O Diretório dos Índios: um projeto de «civilização» no Brasil do século XVIII*, Brasília, UNB, 1997, pp. 3-4.

<sup>8</sup> ALMEIDA, *O Diretório*, cit.

ticas e econômicas. Estes procedimentos pedagógicos foram fundamentados em duas publicações, na referida *Grammatica Portugueza* de Reis Lobato e no *Catecismo de Montpellier*, feito pelo Bispo Carlos Joaquim Colbert, que foi traduzido pelo Arcebispo de Évora e publicado pela Impressão Régia de Lisboa entre 1770 e 1776, em três volumes. Este catecismo teve exemplares resumidos publicados no Brasil, porque seus três volumes dificultavam uma edição integral pelas nascentes tipografias brasileiras.

A publicação integral das gramáticas portuguesas seria, no entanto, basilar na manutenção do Império e da língua de Portugal no ultramar. O uso dessas gramáticas deveria se estender, para além dos povos indígenas, aos quadros da administração portuguesa ao largo do Império. Segundo o alvará régio

sendo a correcção das linguas nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos povos civilizados, por dependerem della a clareza, a energia, e a magestade, com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religião, e fazer uteis e agradaveis os Escritos. Sendo pelo contrario a barbaridade das linguas a que manifesta a ignorancia das nações.<sup>9</sup>

O alvo principal da publicação foram os jovens, para motivar «a aplicação da mocidade ao estudo da Grammatica da sua própria lingua». Aos professores foi ordenado que «quando em suas classes recebessem os discípulos para lhes ensinar a dita língua, os instruísem primeiro na Grammatica Portugueza».<sup>10</sup> D. José encerrou o alvará de 1770 deixando explícito os objetivos do mesmo decreto que «he adiantar a cultura da lingua Portugueza nestes meus Reinos, e Dominios, para que nelles possa haver Vassallos uteis ao Estado».<sup>11</sup>

Quando em 1759 o Marquês Pombal ordenou a expulsão dos jesuítas do Brasil, não apresentou qualquer posposta para substituir o sistema de ensino dos inicianos no Brasil, à exceção do Diretório que regulamentou a educação dos povos indígenas. Por volta de 1800, contudo, o herdeiro político do Marquês de Pombal, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, deu início a novos institutos educacionais na Bahia, mantendo os objetivos editoriais pombalinos em relação às gramáticas portuguesas. A produção do conhecimento científico no Brasil pelo Estado português, estimulada e observada por Sousa Coutinho, teve por fim «a neutralização do nacionalismo desviando as atenções para um compromisso imperial muito mais vasto».<sup>12</sup>

Após o fim da Companhia de Jesus, o sistema educacional na Bahia, se

<sup>9</sup> ALVARÁ de 30 de Setembro de 1770, Lisboa, Impressão Régia, 1770.

<sup>10</sup> Jerônimo Soares BARBOSA, *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*, Lisboa, Academia Real de Ciências, 1822, p. XIV.

<sup>11</sup> ALVARÁ, cit.

<sup>12</sup> Kenneth MAXWELL, «Ideias Imperiais», in Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (eds.), *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, 1998, Vol. 3, pp. 412 e 413.

é que podemos chamá-lo desta maneira, estava desorganizado. Por volta de 1800, assinalou o cronista Luis dos Santos Vilhena, professor da cadeira de língua grega na Bahia, que os professores da Capitania eram pessoas capazes, mas que é «indizível a aversão que nesta cidade há à corporação de professores, gente de nenhuma entidade na Bahia, membros da sociedade para quem se olha com maior indiferença, e displicência suma».<sup>13</sup>

As turbulências napoleônicas que agitaram a Europa nos primeiros anos do século XIX obrigaram o governo português a transferir a administração do Reino e do ultramar de Lisboa para o Rio de Janeiro. As consequências da transferência da Corte para o Brasil são conhecidas da historiografia e para resumir as mudanças ocorridas no Atlântico Sul, de forma alegórica, um poeta afirmou em 1815 que «he Lisboa a Bahia».<sup>14</sup>

Não se pode duvidar que a publicação no Brasil da referida gramática em Língua Portuguesa estava na agenda da política do governo joanino. Em cumprimento ao alvará de 1770, a Impressão Régia no Rio de Janeiro publicou, em 1812, uma edição da *Arte de Grammatica da língua portuguesa pelo bacharel Antonio José dos Reis Lobato*. Não se conhece exemplar desse livro, tendo-se notícia apenas pela Gazeta do Rio de Janeiro, de 7 de outubro de 1812. Outro título publicado pela Impressão Régia foi a *Arte de grammatica portugueza, que para o uso dos seus discípulos compoz o padre Ignacio Felizardo Fortes*, impressa em 1816. Desta edição também não se conhece qualquer exemplar em bibliotecas do Brasil ou Portugal.<sup>15</sup>

A *Arte da Grammatica* de Antonio dos Reis Lobato teve grande aceitação em Portugal no último quartel do século XVIII e, de acordo com o alvará de D. José, deveria ser a obra difusora da língua portuguesa no ultramar. A gramática de Lobato não foi, contudo, a primeira gramática portuguesa publicada no Brasil. A primazia editorial coube a *Arte da Grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro, offerecida a Sua Alteza Real o ser.<sup>mo</sup> sr. D. Antonio, principe da Beira*, publicada na Bahia em 1811. O autor da *Arte da Grammatica* foi o erudito Pedro José de Figueiredo. Inocêncio Francisco da Silva foi um admirador confesso da obra de Figueiredo e do autor «cuja probidade e inteireza passaram como proverbiais a todos os contemporâneos que o viram e conheceram». Figueiredo nasceu em Lisboa a 29 de junho de 1762, filho do cirurgião da Câmara da Rainha Caetano José de Figueiredo e de D. Gertrudes Margarida de Figueiredo. Em Lisboa cursou os estudos de humanidades, aprendendo a gramática latina no Colégio Irlandês de São Patrício, a língua grega com o professor régio José Januario Lombardi, a filosofia e retórica com os professores Agostinho José

<sup>13</sup> Luís dos Santos VILHENA, *A Bahia no século XVIII (1802)*, Salvador, Editora Itapuã, 1969, Vol. 1 pp. 274 e 278.

<sup>14</sup> Tomas Antonio dos Santos e SILVA, *Braziliada, ou Portugal immune, e salvo; poema epico em doze cantos*, Lisboa, Impressão Régia, 1815, pp. 375 e 387. Pedro José de Figueiredo aparece como um dos subscritores desta obra.

<sup>15</sup> Ana Maria de Almeida CAMARGO, Rubens Borba de MORAES, *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*, São Paulo, Edusp/Kosmos Editora, 1993, Vol. 1, pp. 93, 94 e 160.

da Costa de Macedo e Francisco de Sales. Posteriormente, Figueiredo substituiu seus mestres no ensino destas disciplinas no Seminário do Patriarcado estabelecido em Santarém. Especializou-se também em história, filologia e bibliografia luso-brasílica, pretendendo continuar a *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado.

A Academia Real das Sciencias de Lisboa admitiu-o na qualidade de correspondente e o elegeu corretor da sua tipografia, cargo que desempenhou por muito tempo, sendo promovido a substituto de sócio efetivo na classe de Literatura. Foi também empregado pelo governo em algumas comissões literárias, a exemplo da comissão nomeada em setembro de 1820 para a censura dos livros e papéis que houvessem de se imprimir. Apesar da grande aceitação dos seus livros, sofreu nos últimos anos da sua vida muitas privações, aceitando, segundo relata Inocêncio, «liberalidades dos seus amigos para subsistir!» Faleceu a 11 de fevereiro de 1826, na Travessa de S. Francisco de Paula (atual Travessa da Palmeira) e foi sepultado no antigo Convento de Santo Antonio dos Capuchos, em Lisboa.

Inocêncio Francisco da Silva definiu a qualidade da sua obra por «uma crítica judiciosa, um estilo claro e conciso, pureza de linguagem, a que tão deveras se aplicou, bebendo nos nossos clássicos cópia de frases, abundância de vocábulos, propriedade de termos, e todas as belezas de que tanto abunda a nossa linguagem. Se os escritos devem ser estimados pela pureza, correção e elegância, estas prendas brilham nas produções literárias de Figueiredo». Foi Inocêncio quem primeiro catalogou as publicações e os manuscritos legados por Figueiredo, destacando-se *Retratos e Elogios dos Varões e Donas, que ilustraram a nação portuguesa*, publicados em folhetins entre 1806 e 1817, incluindo um retrato do autor, e a *Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa, a outro da Villa de Santarem, em que se lançam os fundamentos sobre a verdade ou incerteza da morte d'el-rei D. Sebastião na batalha d'Alcacer-quivir*, publicado em Lisboa pela Oficina de João Evangelista Garcez em 1808.

Figueiredo também traduziu e anotou diversos tomos da *Historia do Brasil* de Alphonso de Beauchamp, publicada em Lisboa por Desiderio Marques Leão, e acrescentou de cinco para seis mil vocábulos ao *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio Moraes Silva, na terceira edição publicada em 1823, a primeira depois da morte do lexicógrafo.

O primeiro livro que Figueiredo publicou foi a primeira edição da *Arte da Grammatica portugueza*, que saiu em Lisboa no ano de 1799, in-8º, sem o nome do autor no frontispício. A obra foi bem aceita e teve uma segunda edição em 1804, sendo que a Impressão Régia de Lisboa publicou a terceira edição em 1811, já destinada para «uso do Collegio real de Nobres e do Seminario do patriarchado». Também saiu in-8º com 115 páginas e mais quatro sem numeração, contendo o índice ou sumário analítico da obra. Os tipos utilizados para imprimir a terceira edição lisboeta e a edição bahiense são os mesmos, mas há diferença nas armas de Portugal na folha de rosto.

A dedicatória desta gramática foi censurada por Jerônimo Soares

Barbosa, que acusou Pedro José de Figueiredo de querer imitar o gramático quinhentista João de Barros.<sup>16</sup> Figueiredo, não obstante, confrontou tais censuras e preparou-se para publicar novamente a sua obra, aditada e reformada. Seu projeto estava finalizado, mas a morte não lhe permitiu ver a nova publicação. Seu manuscrito reformulado foi vendido por uma herdeira à casa de impressão Bertrand & Filhos por 144 mil réis e publicado em 1837, *in-8.º* com 160 páginas contendo anotações ilustrativas e refutatórias das censuras feitas contra as edições anteriores. Estas anotações começam na página 115 e seguem até o fim do volume.

A edição bahiense afirmar ser a terceira impressão, «*Mais correta, e accrescentada. Para uso do Real Collegio dos Nobres*». Sendo que a bahiense foi publicada *in-8º*, mas com 140 páginas e sete sem numeração, contendo o sumário analítico da obra. O frontispício não traz o nome de Pedro José de Figueiredo, que aparece somente ao fim da dedicatória. No fim do frontispício existe a afirmação de que o livro foi impresso «Com as licenças necessárias», enquanto a edição lisboeta só traz «Com licença».

Essa, contudo, não é a principal diferença entre a terceira edição lisboeta e a «terceira impressão» bahiense. Manuel Antonio da Silva Serva, o editor da gramática, incluiu na edição bahiense um capítulo da *Arte da Grammatica* de Antonio dos Reis Lobato, compreendendo as páginas 135 a 140, referentes às figuras da dicção «cujo conhecimento não é menos interessante, que necessário, a mocidade que se applica ao estudo da Arte da Grammatica da língua materna». Por isto o título afirma que a gramática de Figueiredo teve acréscimos, que não foram feitos pelo autor, mas extraídos da obra do bacharel Reis Lobato. Desta maneira, o editor cumpriu, pelo menos em parte, a ordem do alvará 30 de setembro de 1770.

Em 1828 o presbítero secular Luiz Duarte Villela da Silva, amigo de Pedro José de Figueiredo, afirmou que a tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva imprimiu a *Arte da Grammatica* sem a autorização do seu autor.<sup>17</sup> Isto caracteriza essa edição como clandestina, como outras feitas por Silva Serva, que não respeitava os privilégios de publicação da Imprensa Régia,

---

<sup>16</sup> BARBOSA, *Grammatica...* cit., p. 420. Na Academia de Ciências de Lisboa existe um ofício assinado por Pedro José de Figueiredo, no qual elabora severas críticas à gramática que Barbosa apresentara para publicar naquela Academia: «A Grammatica Filosofica da Lingua Portugueza com as Instrucções e Additamentos da respectiva Orthografia não me parece satisfazer em nenhuma maneira ao Programma desta Academia, a que veio dirigida. He por extremo abbreviada, e falta até das couzas mais essenciais, como por exemplo do Artigo, que nem enumera entre as partes da Oração, nem delle se lembra em parte alguma. Demora-se mais em combater opiniões de Lobato que em dar regras de Grammatica, negando sem fundamento as que elle estabeleceu. De muitas couzas dá ideias falsas, e suas definições são pela maior parte escuras, e pouco exactas. Seu author sem conhecimento, ao que parece, das outras linguas não leu o que nestes ultimos tempos se tem escripto sobre esta materia. Este he o meu voto que sugeito a melhor juízo. Em Lisboa 2 de Março de 1815. Pedro Jose de Figueiredo».

<sup>17</sup> Luiz Duarte Villela da SILVA, *Observações críticas sobre alguns artigos do ensaio estatístico do reino de Portugal e Algarves*, Lisboa, Imprensa Régia, 1828. p. 76.

tanto de Lisboa quanto do Rio de Janeiro.<sup>18</sup>

A *Arte da Grammatica* impressa na Bahia em 1811 foi por anos uma «edição fantasma». Os exemplares da *Grammatica* de Figueiredo são tão raros que o principal estudioso da bibliografia luso-brasileira, Inocêncio Francisco da Silva, em 1862, confessou que havia uma edição feita na Bahia «a qual não pude ver». <sup>19</sup> Não há qualquer exemplar nas bibliotecas baianas ou na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro com a data de 1811.

O único registro que pude encontrar foi feito pelo Barão Charles de Martens, que publicou no *Guide Diplomatique* uma lista de *Dictonnaries et Grammaires des Langues Modernes*, na qual assinala a existência do livro de «Pedro José de Figueiredo, *Arte da grammatica portugueza*. Bahia, 1811. In-8». <sup>20</sup> A descrição é idêntica à do único exemplar conhecido.<sup>21</sup>

O lexicógrafo oitocentista alemão Severin Vater se referiu a um exemplar publicado na Bahia e datado de 1812: «(de Figueiredo, P. J.), *Arte da grammatica Portugueza*. 8. Bahia, 1812». <sup>22</sup> Na Biblioteca Nacional em Lisboa existem quatro exemplares impressos na Bahia, mas todos datados de 1817, indicando que este livro teve diversas tiragens feitas pela Silva Serva entre os anos de 1811 e 1817. Comparando o exemplar de 1811 e os de 1817 conservados em Lisboa, constata-se que apenas a data foi alterada.

A edição da gramática bahiense em 1811 escapou até mesmo dos atentos olhos do historiador e bibliófilo Renato Berbert de Castro, que organizou em 1968 o primeiro catálogo das obras publicadas pela tipografia de Manuel da Silva Serva. Berbert de Castro somente teve notícia da gramática impressa na Bahia através de uma nota publicada no jornal a *Idade d'Ouro do Brazil* de 22 de abril de 1814.

Sahio á luz a *Arte da Grammatica Portugueza*, ordenada em methodo breve, facil e claro. Terceira impressão mais correcta e accrescentada em 8. 1v.

Vende-se na Loja da Gazeta por 480 em broxura, e encadernado por 640.<sup>23</sup>

Segundo Berbert de Castro, «não encontramos nenhum exemplar do

<sup>18</sup> Rubens Borba de MORAES, *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1979, p. 132.

<sup>19</sup> Innocencio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, Vol. 6, pp. 415 a 419.

<sup>20</sup> Charles de MARTENS, *Guide Diplomatique, contenant un précis des droits et des devoirs, des ministres publics, agens diplomatiques et consulaires, dans toute l'étendue de leurs fonctions*, Tomo Primeiro, Paris, Heideloff et Campé; Leipzig, F. A. Brockhaus, 1832, p. 453.

<sup>21</sup> O exemplar está conservado na coleção do autor e foi adquirido num alfarrabista lisboeta. A encadernação é original da época e possui a assinatura à tinta do antigo proprietário, «Matheus Joze Barb.<sup>a</sup> e Silva. Porto.» Mateus José Barbosa e Silva (1821-1882), era natural de Viana, descendente de uma família de Mozelos, comerciante, vice-cônsul da França em Viana, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, da Associação Comercial de Viana e da Companhia de Viação Vianense, além de ser diretor da Junta das Obras da Barra do Porto de Viana e procurador do conselho de Coura à Junta Geral do Distrito de Viana do Castelo.

<sup>22</sup> Johann Severin VATER, *Litteratur der Grammatiken, Lexika und Wörtersammlungen aller sprachen der Erde*, Berlim, Nicolaische Buchhandlung, 1847, p. 293.

<sup>23</sup> *IDADE d'Ouro do Brazil*, Salvador, edição de 22 de abril de 1814.

livro em registro para exame».<sup>24</sup> Por conta desta nota no jornal e da falta de um exemplar, o autor pensou que a gramática fora publicada apenas em 1814, com uma segunda tiragem em 1817, da qual existem exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa. Em consequência desta conjectura, Berbert de Castro catalogou o livro junto com os outros publicados pela Silva Serva em 1814. O exemplar de 1811, localizado recentemente, altera a disposição do catálogo organizado, com competência, por Berbert de Castro. A *Grammatica* de Figueiredo aparece, no presente, como a primeira publicação bahiense que conta com mais de 50 páginas, ou seja, o primeiro livro publicado na Capitania da Bahia. A edição de 29 de novembro de 1811 da *Idade d'Ouro do Brasil* afirmou que o *Almanaque para 1812* seria publicado até 20 de dezembro daquele ano.<sup>25</sup> O exemplar de 17 de dezembro confirma essa publicação.<sup>26</sup> Decerto, o referido *Almanaque* saiu do prelo apenas em fins de dezembro de 1811 e janeiro de 1812 e é bem possível que gramática tenha sido impressa antes desta obra, mantendo ocupado um dos dois prelos da Silva Serva entre maio e novembro de 1811.<sup>27</sup>

A *Grammatica* de Figueiredo só não pode ser considerada a primeira gramática portuguesa publicada fora de Portugal por conta de ser precedida pela do jesuíta Bento Pereira (1606-1681) que teve prelo na cidade de Londres em 1672. A referida gramática, curiosamente, está inteira em latim e não em língua portuguesa.<sup>28</sup>

A gramática impressa em Salvador no ano de 1811 não é apenas o primeiro livro publicado na Capitania da Bahia ou a primeira gramática impressa no Brasil. O significado desta publicação é mais abrangente, visto ser a primeira gramática portuguesa impressa por um autor português fora da Europa, no Império Ultramarino.<sup>29</sup>

<sup>24</sup> Renato Berbet de CASTRO, *A primeira imprensa da Bahia e suas publicações: tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva (1811-1819)*, Salvador, Imprensa Oficial, 1968, p. 113. Marcello de IPANEMA, Cybelle de IPANEMA, *A Tipografia na Bahia: Documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva*, Rio de Janeiro, Instituto de Comunicação Ipanema, 1977. Esse estudo completa o que foi realizado por Berbert de Castro, mas também não identificara a gramática de 1811.

<sup>25</sup> *IDADE d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 29 de novembro de 1811.

<sup>26</sup> *IDADE d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 17 de dezembro de 1811.

<sup>27</sup> *IDADE d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 10 de janeiro de 1812. Dois livros escritos por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, apesar de apresentarem a data de 1811, saíram do prelo da Silva Serva apenas em meados de janeiro e fevereiro de 1812. As *Observações Sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brasil* e as *Observações Sobre a Prosperidade do Estado* foram publicadas em 1810 e 1811, respectivamente, na Impressão Régia do Rio de Janeiro, sendo que essa segunda foi posteriormente publicada na Bahia com 81 páginas.

<sup>28</sup> Bento PEREIRA, *Ars Grammaticae pro Lingua Lusitana addiscenda Latino Idiomate proponitur. In hoc libello, velut in quaedam academiola diuisa in quinque classes, instructas subselliis, recto ordine dispertitis, vt ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint. Ad finem ponitur Ortographia, ars rectè scribendi, vt sicut prior docet rectè loqui, ita posterior doceat rectè scribere linguam Lusitanam...* / authore P. Doct. Benedicto Pereira, Londres, Laurentii Anisson, 1672.

<sup>29</sup> Segundo a *Bibliotheca Marsdeniana*, há uma gramática em língua portuguesa utilizada por missionários protestantes dinamarqueses para converter, à sua confissão, descendentes de portugueses que ainda habitavam a costa de Coromandel em meados do século XVIII. Nicolau

Augusto Alves Sacramento Blake afirmou que o Padre Manoel Dendê Bus publicara uma *Nova Grammatica Portugueza, Dedicada à Felicidade e Augmento da Nação Portugueza* pela Impressão Régia no Rio de Janeiro em 1810, mas não existe qualquer outro registro dessa publicação, que parece ter sido resultado de uma confusão feita pelo autor do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Ele próprio afirma que «houve outra edição feita em Liverpool». Isso confirma que o bibliógrafo baiano não tivera algum exem

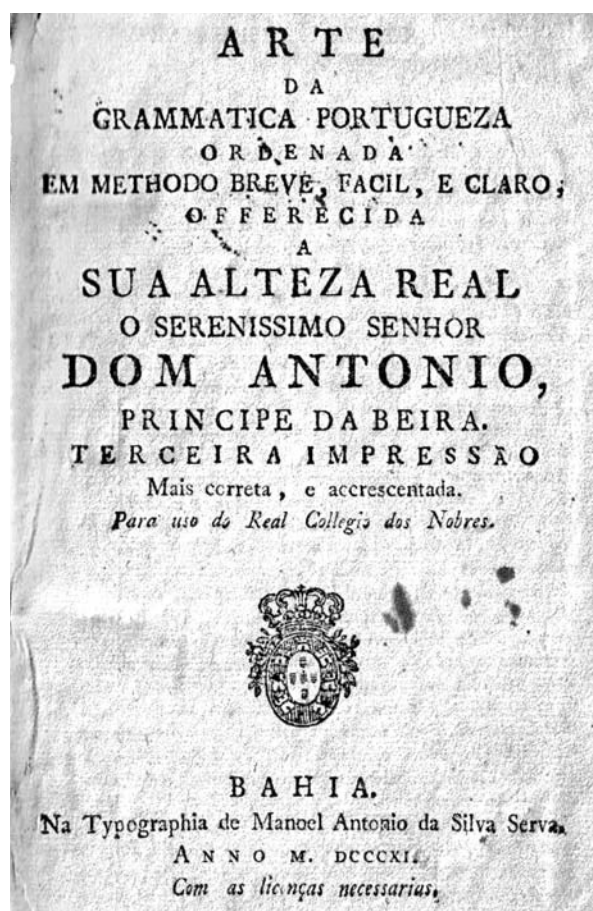


FIGURA 1:

Reprodução do frontispício da *Arte da Grammatica Portugueza*, existente na Coleção do Autor.

DAL, *Primeira Parte da Grammatica Portugueza para uso da Escola Portugueza do Trangambar*, Trangambar, Officina da Real Missão de Dinamarca, 1725. A Segunda Parte data do ano seguinte. A Terceira Parte de 1731 e a Quarta de 1732. William MARSDEN, *Bibliotheca Marsdeniana Philologica et Orientalis: A catalogue of books and manuscripts*, Londres, J. L. Cox, 1827, p. 228. Não localizei exemplar algum dessa gramática e, por isso, não pude examiná-la ou, mesmo, confirmar sua existência impressa ou manuscrita.

plar, pois que a edição de 1812 é de uma *Nova Grammatica Ingleza e Portuguesa; dedicada á felicidade e augmento da Nação Portuguesa. Selecta dos melhores authores*, Liverpool, G.F. Harris's Widow and Brothers, com 243 páginas. Tanto Alfredo do Valle Cabral, nos *Annaes da Imprensa Nacional do Rio De Janeiro de 1808-1822*, quanto Rubens de Borba Moraes, na *Bibliographia da Impressão Régia*, não reconhecem a existência dessa *Nova Grammatica Portuguesa* de 1810. Freitas, de fato, publicara no Rio de Janeiro um *Compendio da Grammatica Ingleza e Portuguesa*, mas em 1820.<sup>30</sup> Isso confirma a primazia tipográfica da *Arte da Grammatica* de Figueiredo no Brasil.

Pedro José de Figueiredo definiu a gramática como a «Arte de fallar, e escrever bem, ou correctamente». Esta arte consiste em «ensinar os preceitos para bem ordenar a oração».<sup>31</sup> Os gramáticos do segundo período filológico, no século XVIII, são divergentes quanto à classificação das *partes orationes* ou classes de palavras. Esta classificação das palavras que remonta aos filósofos gregos, sendo melhor sistematizada pelos gramáticos greco-latinos, representa um dos mais relevantes núcleos de conteúdo das gramáticas, bem como um dos seus mais importantes fatores de estruturação formal. Os autores mais representativos deste segundo período foram Jerônimo Contador de Argote, Antonio dos Reis Lobato, Joaquim Casimiro, Pedro José da Fonseca e Pedro José de Figueiredo. Contador de Argote considera oito classes de palavras «nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição»,<sup>32</sup> seguindo uma tradição latina que não considera o artigo, porque o artigo não existe no latim.<sup>33</sup>

A classificação de palavras proposta por Reis Lobato, Joaquim Casimiro e Pedro José da Fonseca acrescenta o artigo às oito partes da oração já referidas, assentadas na tradição greco-latina. Não consideram, contudo, o artigo como uma classe verdadeiramente autônoma: «é uma palavra que por si só não significa coisa alguma completamente»<sup>34</sup> ou, segundo Fonseca, «o qual nada significa por si mesmo».<sup>35</sup>

<sup>30</sup> Augusto Vitorino Sacramento BLAKE, *Dicionário Bibliografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883, Vol. 6, pp. 58 e 59. Blake aponta a existência da *Nova Grammatica portugueza, dedicada á felicidade e augmento da Nação Portuguesa, Selecta dos melhores authores*, In 4º, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810, atribuída ao Cônego Manoel Dendê Bus (psud. de Manuel José de Freitas, 1784-1836).

<sup>31</sup> Pedro José de FIGUEIREDO, *A Arte da Grammatica Portuguesa ordenada em methodo breve, fácil, e claro*, Bahia, Na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811, pp. 5 e 6.

<sup>32</sup> Jerônimo Contador de ARGOTE, *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou Disposiçam para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, Lisboa Occidental, Off. de Mathias Pereyra da Sylva e João Antunes Pedrozo, 1721, p. 2.

<sup>33</sup> Carlos ASSUNÇÃO, «As classes de palavras: dos primórdios a Cunha & Cintra», in *SEHL 2001: Estudios de historiografia lingüística: actas del III Congreso Internacional de la sociedad española de historiografia Lingüística Vigo, 7-10 de febrero de 2001*, Buske Verlag, 2001, Tomo I, pp. 16, 18 e 19.

<sup>34</sup> Antônio José dos Reis LOBATO, *Arte da grammatica da lingua portugueza*, Lisboa, Na Regia Officina Tip., 1770, p. 8.

<sup>35</sup> Pedro José da FONSECA, *Rudimentos da gramática portuguesa*, Lisboa, Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799, p. 6.



FIGURA 2: Reprodução do frontispício da *Arte da Grammatica Portugueza* de António dos Reis Lobato, existente no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

A *Grammatica* de Figueiredo fez jus ao seu título, utilizando um «método breve e fácil». Figueiredo simplificou o ensino da gramática reduzindo as categorias de classes de palavras contidas nas gramáticas precedentes. Os autores do primeiro período filológico da língua portuguesa no século XVI, a exemplo de João de Barros, seguindo a gramática espanhola de Nebrija (1492), relacionam nove classes de palavras: nome, pronome, artigo, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. Estes autores dividem as nove classes de palavras em dois grandes grupos: as declináveis (artigo, nome, pronome, verbo e particípio) e as indeclináveis (preposição, advérbio, conjunção e interjeição) pelo fato de as primeiras variarem a terminação e as segundas conservarem-na sempre invariável.<sup>36</sup>

<sup>36</sup> ASSUNÇÃO, *op. cit.*, p. 18; LOBATO, *Arte da grammatica*, p. 7.

Em oposição às gramáticas que a precederam, que seguem a tradição greco-latina na classificação das *partes orationis*, a *Arte da Grammatica* de Pedro José de Figueiredo identifica quatro partes da oração (artigo, nome, verbo e partícula)<sup>37</sup> e aproxima-se mais dos gramáticos que, de acordo com uma concepção racionalista da língua, distinguem apenas três partes da oração (nome, verbo e partícula), seguindo a tradição aristotélica e a *Minerva de Brocense* (1587), «mas apresentando uma atitude crítica e até mesmo distanciadora da tradição».<sup>38</sup> Os critérios utilizados por estes gramáticos nas definições das diferentes classes de palavras são morfológicos, sintáticos e semânticos.

A simplificação proposta por Figueiredo rompeu com dois séculos de ensino da gramática portuguesa na Bahia. O método gramatical utilizado pela Companhia de Jesus naquela Capitania, desde 1549, era pautado na classificação de *octo orationibus partibus* e continuou assim após a fundação do Seminário de Belém de Cachoeira pelo jesuíta Alexandre de Gusmão em 1687, visto que a obra fundadora deste seminário afirma existir «oito partes da oração». Antonio Vieira também distinguia as oito partes da oração.<sup>39</sup>

O quadro abaixo apresenta uma visão sinóptica da divisão das classes de palavras nos gramáticos portugueses do século XVIII:

|             | <i>Regras da<br/>Lingua<br/>Portugueza</i><br>(1721)<br>de Contador<br>Argote | <i>Arte da<br/>Grammatica<br/>da Lingua<br/>Portugueza</i><br>(1770)<br>de Reis Lobato | <i>Methodo<br/>Grammatical<br/>Resumido da<br/>Lingua Portu-<br/>gueza</i> (1792)<br>de Joaquim<br>Casimiro | <i>Rudimentos da<br/>Grammatica<br/>Portugueza</i><br>(1799) de<br>Pedro José<br>da Fonseca | <i>Arte da<br/>Grammatica<br/>Portugueza</i><br>(1799) de<br>Pedro José<br>de Figueiredo |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| artigo      |                                                                               | +                                                                                      | +                                                                                                           | +                                                                                           | +                                                                                        |
| nome        | +                                                                             | +                                                                                      | +                                                                                                           | +                                                                                           | +                                                                                        |
| pronome     | +                                                                             | +                                                                                      | +                                                                                                           | +                                                                                           |                                                                                          |
| verbo       | +                                                                             | +                                                                                      | +                                                                                                           | +                                                                                           | +                                                                                        |
| particípio  | +                                                                             | +                                                                                      | +                                                                                                           | +                                                                                           |                                                                                          |
| advérbio    | +                                                                             | +                                                                                      | +                                                                                                           | +                                                                                           |                                                                                          |
| preposição  | +                                                                             | +                                                                                      | +                                                                                                           | +                                                                                           |                                                                                          |
| conjunção   | +                                                                             | +                                                                                      | +                                                                                                           | +                                                                                           |                                                                                          |
| interjeição | +                                                                             | +                                                                                      | +                                                                                                           | +                                                                                           |                                                                                          |
| partícula   |                                                                               |                                                                                        |                                                                                                             |                                                                                             | +                                                                                        |
| TOTAL       | 8                                                                             | 9                                                                                      | 9                                                                                                           | 9                                                                                           | 4                                                                                        |

FONTE: Carlos Assunção, «As classes de palavras: dos primórdios a Cunha & Cintra», in *SEHL 2001: Estudios de historiografía lingüística: actas del III Congreso Internacional de la sociedad española de historiografía Lingüística Vigo, 7-10 de febrero de 2001*, Tomo I, p. 19.

<sup>37</sup> FIGUEIREDO, A *Arte da Grammatica Portugueza*, pp. 5 e 6.

<sup>38</sup> ASSUNÇÃO, *op. cit.*, p. 19.

<sup>39</sup> Alexandre de GUSMÃO, *Escola de Bethlem, Jesvs Nascido no Presepio*, Évora, Officina da Universidade, 1678. p. 37. Antonio VIEIRA, «Dialogus de octo orationibus partibus», in *Voz sagrada, política, rhetorica, e metrica ou supplemento ás Vozes saudosas da eloquência, do espirito*, Lisboa, Francisco Luiz Ameno, 1748, pp. 33-50.

Pela simplificação na estrutura da língua portuguesa, a *Arte da Grammatica* de Figueiredo era a mais adequada para divulgar o idioma português ao largo do Império Ultramarino. Isto pode ter sido considerado por Manuel Antonio da Silva Serva quando resolveu imprimir esta gramática e não suas congêneres mais complexas e mais volumosas.

Silva Serva deve ter considerado também que sua nascente tipografia em 1811, com apenas dois prelos, não comportaria a publicação de um livro com mais de 250 páginas, o que poderia comprometer outras publicações menores e mais lucrativas para o empresário. A *Grammatica* era um livro caro, custando entre 480 e 640 réis. Os demais panfletos custavam entre 160 e 200 réis. O mais caro viria a ser o *Almanaque para 1812*, custando 1000 réis. A *Arte da Grammatica* de Reis Lobato, por exemplo, teve 31 páginas de introdução e mais 229 numeradas, totalizando 260 páginas; se comparada à de Figueiredo, consumiria o dobro do tempo e de material para ser impressa.

A fundação da tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva teve por missão a divulgação na Bahia das idéias que circulavam nas principais cidades européias. O próprio tipógrafo queixava-se de que

padecer o Brasil, e particularmente esta Capital a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de idéias com os escritores da Europa, e para se nos patentearmos os tesouros do saber espalhados nas suas obras, sem as quais nem se poderam conservar as ideias adquirias, e muito menos promovelas a benefício da sociedade.<sup>40</sup>

A impressão de uma *Arte da Grammatica*, que simplificou o ensino da língua, pode ser compreendida no contexto desta proposta de difusão do conhecimento. Havia, contudo, interesses políticos definidos desde que fora instituído o diretório de 3 de maio de 1757. José Luiz Fiorin afirmou que «o esforço lusitanizante da política pombalina foi, de certa forma, coroado de êxito. As diferentes línguas faladas no Brasil foram silenciadas e o português tornou-se a língua mais falada e a única a ter o estatuto de língua oficial».<sup>41</sup>

Na passagem do século XVIII para o XIX o português já era a língua oficial das principais cidades do Brasil. Língua oficial não deve ser entendida como língua hegemônica. Na Bahia e no Rio de Janeiro, por exemplo, ao contrário do que afirmou Fiorin, o português ainda dividia espaço com outros falares africanos, árabes e indígenas, dependendo da região. A publicação de gramáticas portuguesas objetivava, portanto, alterar o equilíbrio entre as diversas linguagens usuais no Brasil, buscando a hegemonia da língua e da cultura portuguesa. O Conde dos Arcos, em correspondência ao Ministério do Reino, a 18 de outubro de 1810, solicitou a licença para a

<sup>40</sup> PLANO para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na Cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos, offerecido à aprovação do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão General desta Capitania, Bahia, Silva Serva, 1811, fl. 1.

<sup>41</sup> José Luiz FIORIN, «A lusofonia como espaço linguístico», in Neusa Barbosa BASTOS (org.), *Língua portuguesa: reflexões lusófonas*, São Paulo, PUC, 2006, p. 27.

instalação da Tipografia de Silva Serva alegando que esse era o «caminho seguro de fazer florescentes os impérios».<sup>42</sup>

A preocupação do Estado português não se restringia apenas à diversificação linguística do Império, mas se estendia à concorrência contra outras línguas européias, especialmente a francesa. Essa era, aliás, a favorita dos intelectuais e até mesmo dos militares que se rebelaram contra o governo português no Brasil. Observando-se os *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates* em 1798 nota-se que nenhuma gramática portuguesa foi apreendida entre os bens sequestrados nas residências dos insurretos. Gramáticas e dicionários franceses eram mais comuns nos círculos inconfidentes do que as gramáticas portuguesas. Do espólio apreendido a Cipriano José Barata mais da metade dos livros era de origem francesa. Dos livros apreendidos ao Tenente Hermogenes Francisco de Aguillar, um terço estava publicado em francês, incluindo uma gramática francesa.<sup>43</sup> O militar ainda possuía, não obstante, um exemplar da *Orthographia da lingua portugueza* de Luís Caetano de Lima, editado em 1736, mas no qual seu francófilo autor mostra-se admirador de René Descartes e afirmou seguir «o exemplo dos Grammaticos italianos, e francezes, que são os que mais se empregaram em procurar a pureza das suas línguas».<sup>44</sup>

A penetração da língua francesa nos círculos intelectuais se refletia na composição da Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada em agosto de 1811, mas que contava, por volta de 1835, com 7821 volumes, dos quais 4273 eram em língua francesa, 1395 em latim, 1185 em português, 550 em inglês e 388 em espanhol e italiano.<sup>45</sup> Apenas 15% dos volumes da referida Biblioteca estavam em língua portuguesa.

Assim, a publicação das gramáticas na Bahia e no Rio de Janeiro, após a liberação da imprensa no Brasil, atendeu a uma demanda política da época. Na Bahia, contando-se pelo menos três tiragens feitas da *Grammatica* de Figueiredo pela Silva Serva, (1811, 1812 e 1817) deduz-se que este livro foi bem aceito e divulgado, ainda no período anterior à independência. A única mudança que ocorreu entre a tiragem de 1811 e 1817 foi a alteração na data de impressão no frontispício. Não localizei nenhum exemplar da tiragem de 1812, mas tudo indica que também teve apenas a data de publicação alterada pelo impressor. Em um exemplar da Idade d'Ouro do Brasil, datado de 28 de agosto de 1812, aparece um lote de gramáticas portuguesas postas à venda

---

<sup>42</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Seç. Min., Correspondência da Bahia para o Ministério do Reino, IJJ 319, documento 145/176.

<sup>43</sup> *AUTOS da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*, Salvador, Arquivo Público do Estado da Bahia, 1998, Vol. 2, p. 1233, 1234 e 1245.

<sup>44</sup> Luís Caetano de LIMA, *Orthographia da lingua portugueza*, Lisboa Occidental, Off. Antonio Isidoro, 1736, p. XII.

<sup>45</sup> Inácio Accioli Cerqueira e SILVA, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, Salvador, 1835, vol. I, p. 310.

pelo preço de 640 réis.<sup>46</sup> A *Grammatica* de Figueiredo foi, ao lado do poema *Affectos do Amor Fino a Deus*,<sup>47</sup> o primeiro *best-seller* brasílico por conta de possuir três tiragens em seis anos.

Esta afirmação levanta outra questão: Por que não existe um único exemplar nas bibliotecas públicas brasileiras de uma gramática que tivera, pelo menos, três tiragens? Há uma explicação para a atual raridade das gramáticas que serviram para a educação elementar. A gramática portuguesa era utilizada pela primeira das sete classes escolares e seu manuseio era feito principalmente pelas crianças; isto deve ter feito com que muitos exemplares fossem perdidos, acidentalmente ou propositalmente. A inexistência das edições brasílicas das gramáticas portuguesas, mesmo nas melhores bibliotecas, talvez signifique que seu uso fosse tão corriqueiro que ninguém se preocupou em conservá-los. Isto, não obstante, também significa que o livro serviu ao seu objetivo primordial: o ensino da língua portuguesa.

A *Grammatica* de Figueiredo foi o principal instrumento de divulgação e ensino da língua portuguesa na Bahia nas primeiras décadas do século XIX, visto ter sido publicada três tiragens, que deveriam ser utilizadas pelos jovens estudantes. Não há qualquer notícia de que a gramática de Antonio dos Reis Lobato tivesse sido integralmente impressa na Bahia e sua aquisição em Lisboa não deve ter sido facilitada devido ao conturbado processo das guerras napoleônicas e da guerra de independência na Bahia. Difícil precisar em que período a obra de Figueiredo foi substituída pelas suas congêneres, mas certamente já estava em desuso quando foi publicada na Bahia, em 1860, a *Grammatica da Língua Portuguesa* de Abílio Cezar Borges, Barão de Macaúbas, que dominou o espaço linguístico nas salas de aulas da província da Bahia.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> *IDADE d'Ouro do Brazil*, Salvador, edição de 28 de agosto de 1812. Esse anúncio não apresenta o asterisco com que Silva Serva assinalava as publicações feitas pela sua tipografia, mas é possível que a obra de Figueiredo estivesse no meio de suas congêneres nessa oferta, visto que o preço de 640 réis é o mesmo que aparece no anúncio de 22 de abril de 1814.

<sup>47</sup> Outro impresso da Tipografia Silva Serva, do qual não se conhece um exemplar em qualquer biblioteca, apesar das três tiragens entre 1812 e 1813. Seu autor era o José Cortez SOLPOSTO, que publicou também *Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel, e soberana cabeça do divino, e immortal rei dos seculos, Jesu Christo, deos e homem verdadeiro: Tecidas em cinco ramalhetes em honra, e louvor das cinco preciosissimas chagas de Nosso adoravel e amoroso Redemptor e Salvador, por Jose Cortez Solposto, bahiense*, Lisboa, Na. Of. de Simao Thaddeo Ferreira, 1807. Do autor sabe-se que era conhecido pela alcunha de Cigano da Bahia.

<sup>48</sup> BLAKE... cit., Vol. 1, p. 4. Não pude encontrar nenhum exemplar desta gramática de Abílio Cesar Borges. Na Biblioteca Nacional de Lisboa pude ver deste autor um *Resumo da gramática portuguesa para uso das escolas* Bruxellas: Typ. E. Guyot, 1877, na 6.<sup>a</sup> edição. Para ter uma noção da ampla circulação da *Grammatica* de Abílio nas escolas da Bahia existem diversos ofícios remetendo-as em grande número de exemplares para diversos estabelecimentos de ensino. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial/Provincial. Instrução Pública, Maços 6580; 6581 e 6582.

O projeto político de manter o território português na América setentrional ruiu com a consolidação da Independência em 1822. O propósito pedagógico das gramáticas portuguesas, instituído pelo Alvará de 30 de setembro de 1770, teve êxito na medida em que serviu como instrumento para a consolidação da língua portuguesa no Brasil, que hoje é majoritariamente falada pela população brasileira e, por isso, uma das línguas mais faladas no mundo. Assim, as páginas da *Grammatica* publicada por Manuel Antonio da Silva Serva tiveram o mérito de ser, para usar uma expressão do tipógrafo, «deste novo império os primeiros orvalhos reanimadores das Sciencias, e Artes amortecidas».<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Manuel Antonio da Silva SERVA, *Prospecto da Gazeta da Bahia*, fl. 1, fac-símile, publicado em CASTRO... cit.